

PROBLEMÁTICA

Com o fim da preponderância do sector primário na vida das Sociedades Ocidentais, a água sofre uma mudança profunda nos quadros da sua valorização, sobretudo desde o 2.º pós-guerra. Em Portugal, essa mudança ocorreu muito mais tarde e de uma forma que se foi arrastando com lentidão desde finais da década de 50 até à actualidade. Por um lado, o declínio do sector primário reconfigurou todos os parâmetros da cultura da água, por outro, a concentração urbana e o desenvolvimento industrial ampliaram muito os valores estratégicos da água e das estruturas de abastecimento e saneamento. Sendo assim, a pequena agricultura familiar e de subsistência sobre a qual assentava em larga parte a cultura tradicional da água teria arrastado no seu fim os processos de transmissão dessa cultura. Apesar de ser esse o caso, com muita frequência o processo está longe de ser linear. Para além das funções utilitárias, das quais muitas se mantêm activas mesmo que de forma residual, outras funções sociais sustentam a transmissão de culturas tradicionais da água. Acresce ainda a importância que questões ambientais (relativamente recentes) vieram trazer a estas culturas, que guardariam a chave de uma sábia gestão sustentada de um recurso que passou a estar no fulcro das preocupações estratégicas a todas as escalas, da global até à local. Por essa razão é hoje tão aceso o interesse pelos sistemas tradicionais de gestão da água envolvendo todas as suas dimensões simbólicas, jurais, imaginárias, políticas, económicas, enfim sociais.

Este interesse renovado pelo estudo dos sistemas tradicionais do uso da água, sublinha as dimensões sociais e culturais do problema mesmo quando a sua motivação parte de outros campos disciplinares, e encontra importantes antecedentes nos estudos clássicos sobre o papel da gestão da água nos sistemas de organização social. Em Portugal, os estudos sociais sobre a água, para além dos predominantemente técnicos e jurídicos, desenvolveram-se no âmbito da antropologia, e mais especificamente sobre quatro grandes temas: os efeitos da construção de barragens; os estudos de carácter religioso que por sua vez se ligam às fontes, aos cultos e a águas termais; os de carácter tecnológico sobretudo quanto a sistemas de elevação de água e de aplicação mecânica; e os que incidem sobre regadio e regulação social de partilha de águas. São estes últimos que mais directamente respondem às actuais preocupações de inspiração ambiental sobre o valor, as representações e os usos sociais da água. Sobre este tema, convergem aliás praticamente todos os outros e é ele o fulcro da problemática que iremos abordar.

A problemática geral da presente tese – *modos de lidar com situações de seca e de torrencialidade* – insere-se no campo de estudos sobre a *gestão social da água*. Estes estudos encontram-se associados a uma longa tradição de pesquisas sobre os regimes sociais de controlo de água de uso agrícola, tendo-se revelado um campo óptimo para entender processos sociais como a rivalidade, o conflito, a cooperação e a solidariedade. Entre nós é fundamental o trabalho de Fabienne Wateau (1989, 1994, 1996a, 1996b, 1998a, 1999, 2000, 2002, 2006).

Em *Conflitos e Água de Rega: ensaio sobre a organização social no vale do Melgaço*, Wateau (2000) estuda o papel da água na organização social de uma comunidade camponesa do Alto Minho (Melgaço), em concreto o papel da água de rega (estival) de uso comum. Enfraquecido o valor económico do regadio na economia local, tendo em conta a perda de importância da actividade agrícola nas últimas décadas do séc. XX, os conflitos por causa da água (numa região onde a água é abundante) não só persistiram como passaram a revestir-se sobretudo de um valor simbólico, funcionando como regulador social, visando acima de tudo a reafirmação da identidade colectiva. Nesta sociedade do Alto Minho, considerada homogénea pela autora, possuir direitos de água no Verão é sinónimo de uma origem e enraizamento no território, conferindo prestígio aos seus possuidores. Assim, baseando-se na obra de Marcel Mauss¹, a autora classifica a rega como um *facto social total* por abranger todos os domínios da vida social, onde se inter-cruzam o jurídico, o económico, o religioso, o parentesco, a ética e as representações simbólicas. Neste estudo, a importância social e cultural da água de rega vai muito para além do mero valor utilitário na produção agrícola.

No artigo «A Diluição do Consenso: A Água, de ‘Fonte de Vida’ a ‘Património Colectivo’», Jean-Yves Durand (2003) toma em consideração um aspecto fundamental para o estudo da temática “água e sociedade”. Deriva este aspecto das características do comportamento mecânico do próprio fluido, ou seja a sua *capacidade solvente* (de dissolução) que o torna num bem altamente variável no espaço e no tempo. Segundo nota o autor, é em resultado desta característica, conjuntamente com as modalidades e dimensões dos fenómenos meteorológicos, que o seu controlo escapa com frequência ao alcance humano, resultando daí a necessidade da sua gestão social quer se trate de recursos hídricos escassos ou excessivos, traduzida esta gestão sócio-técnica em regras de apropriação, de repartição e de uso, originando muitas vezes o conflito.

¹ MAUSS, Marcel (1985 [1950]), «Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Etude de morphologie sociale», in : *Sociologie et Anthropologie*, Paris, Quadrige, P.U.F.

O reactivar na actualidade do interesse por estudos sobre a água produzidos no âmbito do quadro disciplinar antropológico das sociedades rurais (já atrás referidos) tem sido motivado pela qualificação geral da “*água como um problema*” face à questão do risco hidráulico (cheias, aluimentos...) e do risco ecológico natural ou antrópico (escassez, poluição...). Motivações que segundo este autor remetem para a ideia de *património* colectivo em que hoje também se incluem as águas e algumas infra-estruturas hidráulicas. Durand chama ainda a atenção para algumas consequências negativas da transformação dos laços entre água e sociedade em resultado de processos culturais como a *globalização* e a *rurbanização*, como é o caso do abandono em que se encontram votadas determinadas infra-estruturas hidráulicas (minas, levadas, poças, etc.), podendo resultar em pequenas catástrofes a nível local. Aspectos que incitam a abordagens renovadas da temática da água.

Nesta nova linha de questionamentos, as consequências negativas das alterações climáticas (o aquecimento global resultante do efeito de estufa) sobre os escassos recursos de água doce a nível global, induziu especial atenção a todos os contextos sociais historicamente habituados a gerir situações extremas deste recurso. Assim, o referente empírico aqui seleccionado para estudar a gestão social das alternâncias dos extremos da água, seca e torrencialidade, corresponde ao Barrocal Algarvio na sua zona central, coincidindo com os limites administrativos do Concelho de Loulé. Por um lado por se tratar de uma zona de regime torrencial clássica, por outro, por possuímos na região antecedentes de trabalho.

Tomando os trabalhos de Wateau (2000) como ponto de partida, formulamos assim algumas questões orientadoras da presente pesquisa:

Sendo a água de rega decisiva na época estival, até que ponto através da análise da sua gestão se revelam algumas das características da sociedade do Alto Barrocal? Nessa relação (água de rega e sociedade) qual o papel desempenhado pelas hortas tradicionais? No que se refere à água de rega de uso comum, em que medida esta se constitui ou não, no Barrocal Algarvio, como meio de reafirmação de identidades? Por outras palavras, que significado tem hoje esse uso comum da água quando predomina o regime de águas privadas? De que forma as gentes do Barrocal tiram partido das contingências de um clima tipicamente mediterrânico e do seu regime torrencial, no contexto de uma agricultura tradicional de sequeiro e regadio? Como se organiza socialmente a resposta à escassez e ao excesso?

A ESCOLHA DE UM OBJECTO DE ESTUDO

A escolha do tema geral que preside à problemática desta Dissertação está por um lado intrinsecamente relacionada com o programa museológico do PMAQ², constituindo-se a partir de uma das suas linhas de pesquisa, *hortas e regadios colectivos*, onde a *água* aparece como elemento central do Património Rural do Barrocal. Por outro lado, a escolha do tema regeu-se pelos acontecimentos mais significativos que ocorreram durante o espaço de tempo que mediou as primeiras incursões ao terreno e o delineamento da pesquisa:

Estávamos no Verão de 2005, o Trabalho de Campo iniciou-se com a inquietação geral da população pela falta de água provocada pela seca (considerada extrema) que perdurava desde 2004. As fontes e as ribeiras secaram, faltava água para o consumo doméstico e para o uso agrícola, vivia-se então num stress hídrico. Esta situação agravou-se com a frequência de incêndios na região e a necessidade de água para os apagar. Felizmente o Outono trouxe as primeiras chuvas que vieram beneficiar as azeitonas que por pouco não se perdiam. Porém, em Novembro, a contrastar com o estado de seca extrema em que se encontrava a região e o país, choveu torrencialmente, trazendo enxurradas a algumas ribeiras do Barrocal, provocando a destruição de hortas dispostas nas suas margens; situação que piorou devido à falta de limpeza em que se encontravam então os leitos das ditas ribeiras. A completar o quadro, em finais de Janeiro 2006, caiu neve na Serra do Caldeirão! Assim, num curto espaço de tempo sucederam-se um conjunto de fenómenos climáticos extremos à semelhança dos ocorridos em 1945 na região.

Enquanto realidade em trânsito, a água não pode ser estudada obedecendo aos limites administrativos de uma única freguesia, assim como as memórias dos seus habitantes ultrapassam em muito essa fronteira territorial pequena e limitada. Posto isto, privilegiou-se a leitura transversal do território Concelhio abrangendo três das suas 11 freguesias (Querença, Tôr e Salir³), enquanto limite territorial mínimo capaz de permitir observar continuidades, descontinuidades e interferências, no estudo da gestão social da água (a nível micro) envolvendo ao mesmo tempo um conjunto significativo de actores, uns a montante e outros a jusante. Além disso, procurou-se a um nível mais geral (macro), compreender como se articula a vida social local em torno de um recurso incerto e territorialmente situado, até escalas longínquas ou mesmo desconhecidas.

² Prista, Pedro (2005), *Pólo Museológico da Água em Querença. Programa Museológico*, Policopiado.

³ Ver Figura 7, Anexo B.

Deste modo, as escalas de observação privilegiadas no contexto da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve foram três: 1) o *Sistema Aquífero Querença – Silves* enquanto substrato; 2) o conjunto *Almarjinho – Almarjão*, duas povoações localizadas nos extremos do território seleccionado, o primeiro na freguesia de Salir, o segundo na freguesia de Querença; 3) Por fim, os estudos de caso – o *regadio do Nascente* e as *hortas do Zavedo* na Ribeira das Mercês – constituem-se como a terceira escala de análise, cada qual também com localização num dos extremos do território seleccionado, entre os quais se interpõe uma sucessão de terras altas e baixas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

Depois do período de seca e de torrencialidade socialmente conturbados, e após algumas semanas de *boa chuva*, em Março a renovação das hortas fez-se com a tranquilidade de haver água na próxima época seca. Observaram-se então as primeiras sementeiras e colheitas, partindo-se das culturas de sequeiro para as de regadio nas hortas. Aqui armaram-se, desarmaram-se e rearmaram-se *os canteiros* da horta diversas vezes ao longo do ano. A chuva frequente fez de 2006 um ano de palha e muita erva, revelando-se um bom ano agrícola ao contrário do anterior em que a palha atingiu valores muito altos. As atenções centraram-se por um lado no funcionamento do regadio do *Nascente* no *Almarge* (freguesia de Salir), por outro, no extremo do território em análise (freguesia de Querença), acompanhou-se a reposição das hortas que ladeiam a *Ribeira das Mercês* afectadas pela cheia ocorrida em finais de 2005.

Sendo no seio dos usos agrícolas da água que situamos os casos de estudo de referência, o calendário agrícola anual do Barrocal constituiu-se como fio condutor do andamento do trabalho de campo, seguindo-se regularmente as idas de homens e mulheres às hortas (num total de 29 hortas observadas). A maior dificuldade sentida no terreno prendeu-se com a aprendizagem dos ritmos e linguagem da actividade agrícola, ritmos que estão dependentes em primeiro lugar das condições climatéricas, depois da disponibilidade dos agricultores. Condicionismos que tornaram necessário prolongar as observações por 2 anos agrícolas consecutivos, finais de 2005, 2006 e parte de 2007, embora seja o ano de 2006 o ano de referência.

Estratégias Metodológicas

A matriz metodológica do Trabalho de Campo aqui privilegiada assentou sobretudo na permanência prolongada do investigador em contexto de pesquisa, no recurso à observação directa participante, na perspectiva etnográfica e utilização sistemática do Diário de Campo. Não tendo sido descartados outros tipos de estratégias de recolha de informação sempre que se justificou: a consulta e pesquisa bibliográfica aprofundada; a realização de entrevistas formais e informais; recenseamentos e o manuseamento de mapas.

A tarefa de registo e recolha de informação foi em muito facilitada pelo uso sistemático de uma câmara de filmar ao longo de todo o Trabalho de Campo. Estimulando por um lado a participação das gentes, por outro, agilizando o registo das *acções* e *verbalizações* dos informantes principalmente em contexto de horta, uma realidade sempre fugidia e por vezes imprevisível.

A experiência etnográfica no local de residência

– Objectividade e distanciamento –

No acesso a um *'terreno familiar'*, correspondendo este ao local de residência habitual do investigador, consideramos que a família a que se pertence constitui um ponto de referência social obrigatório, pelo menos em pequenas localidades semi-rurais. Ou seja, é a partir das relações familiares que inicialmente se estruturam boa parte dos contactos a emprender, podendo provocar inibições mas também facilitar no relacionamento, agilizando entrevistas, fornecendo pistas de análise. Embora tivessem sido sempre pertinentes as regras básicas do trabalho de campo, nomeadamente *dar tempo* a que as pessoas pudessem decidir se queriam ou não participar no estudo, a diplomacia do investigador, a paciência, etc., etc.

Se no acesso à informação as vantagens são óbvias, no que se refere à objectividade e ao distanciamento requeridos na *ruptura com o senso comum*, as dificuldades podem ser acrescidas. Porém, conscientes disso, foram permanentemente tidas em consideração as três condições consideradas fundamentais para romper com pré-noções: a *relativização dos fenómenos*, a *relacionação dos factos* e a *colocação em causa de conhecimentos adquiridos* (Silva, 2001).

Além disso, julgamos serem atenuantes dessas interferências, anteriores experiências de investigação nas diferentes sub-regiões que compõem o Algarve, que dada a sua diversidade funcionaram como termo comparativo. Por seu turno, apesar de pertencer a uma

família com ligações à terra, o distanciamento da investigadora face aos trabalhos agrícolas, sobretudo às hortas, permitiu uma observação distanciada, mas facilitada ao mesmo tempo, pela familiaridade com alguns dos entrevistados. Dispor de um leque vasto de informantes contrabalançou assim com as desvantagens normalmente apontadas às estratégias de pesquisa intensiva por levantarem dificuldades de generalização e representatividade.

No entanto, temos presente que, qualquer que seja a posição assumida por um investigador no terreno, esta vai condicionar inevitavelmente a pesquisa e os seus resultados. De facto, a investigação empírica não constitui o registo neutro e passivo da realidade: por um lado, o cunho pessoal do investigador nunca está totalmente ausente (Velho, 1987); por outro lado, os meios de trabalho utilizados por uma determinada ciência num momento dado – conceitos, métodos e técnicas – condicionam quer a forma de perguntar, quer os limites da resposta (Almeida e Pinto, 1995).

A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O corpo da tese encontra-se dividido em 5 secções: *Introdução, Parte I, Parte II, Conclusão e Anexo Fotográfico*. A *Parte I* inclui os dois primeiros capítulos que são sobretudo capítulos de contextualização baseados na bibliografia regional. No Capítulo 1, procede-se à caracterização do substrato territorial onde decorreu o Trabalho de Campo. No Capítulo 2 faz-se uma revisão crítica dos estudos existentes sobre as hortas e regadios do Barrocal com o intuito de, por um lado, situar o nosso estudo no conjunto de pesquisas já efectuadas sobre hortas e regadios Algarvios, por outro, lançar a partir desses estudos novas questões. Nesta revisão são mencionados hortas e regadios de outras zonas do Algarve, de forma a estabelecerem-se comparações, e assim melhor compreender as hortas do Barrocal na sua especificidade.

A *Parte II – Água, Hortas e Identidade* – encontra-se subdividida em três capítulos (o capítulo 3, o capítulo 4 e o 5), concebidos basicamente a partir dos dados etnográficos recolhidos no terreno, cada um contendo no final uma ou duas *reflexões finais*, e respectivos anexos.

No Capítulo 3 – *A água no calendário agrícola do Barrocal* – analisam-se as dinâmicas inerentes ao ciclo da fava no sequeiro e ao ciclo da horta dispondo de água de rega, sendo que tais dinâmicas são influenciadas quer pelas condições meteorológicas, variando ao longo do ano e de ano para ano, quer pelos conhecimentos agrícolas, disponibilidade e sentido de oportunidade de cada agricultor(a). Apesar das cautelas, as pessoas ora precipitam-se, ora

atrasam-se, havendo sempre aspectos que podem fugir ao seu controlo por mais atentas que estejam aos sinais da natureza.

No Capítulo 4 – “*Viver dentro das hortas*” – tomando como local de observação específico as hortas do *Regadio Nascente*, freguesia de Salir, começa-se por descrever a sua inserção territorial, prosseguindo-se com a explicação do seu funcionamento técnico, centrando-nos depois em pormenor na gestão social da água de rega de uso comum. Na sua vertente social analisam-se sobretudo as cooperações que se estabelecem entre regantes.

No Capítulo 5 – “*Há sempre quem cultive*” – completando o círculo das observações efectuadas para o limite territorial seleccionado, na Ribeira das Mercês, freguesia de Querença, descreve-se detalhadamente a cheia de 20 de Novembro de 2005, sobretudo os trabalhos de recuperação nas *hortas do Zavedo* pelos agricultores. Numa segunda parte, tecem-se considerações sobre as motivações das gentes do Barrocal para continuar a cultivar.

Na *Conclusão*, além da revisão de cada capítulo, efectua-se uma reflexão de conjunto dos conteúdos abordados ao longo da tese.

Finalmente, o *Anexo Fotográfico* vem apenas ilustrar o que as palavras podem não ter conseguido exprimir, tratando-se sobretudo de uma partilha com o leitor. A organização das 11 fotografias segue quase sempre a sequência cronológica dos acontecimentos, não coincidindo necessariamente com a sua alusão ao longo do texto.